



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Secretariado Geral



RELATÓRIO - BALANÇO

ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO REALIZADAS

2015 - 2017

The coat of arms of Mozambique is centered on the page. It features a five-pointed star at the top, a sun with rays in the center, a book, a rifle, and a map of Mozambique. The shield is flanked by a green branch on the left and a yellow branch on the right. A red ribbon at the bottom contains the text 'REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE'.

CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PARLAMENTAR

RELATÓRIO - BALANÇO
ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO REALIZADAS
2015 - 2017

REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Secretariado Geral

AGOSTO DE 2018

Ficha Técnica

Título: RELATÓRIO - ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO REALIZADAS 2015 - 2017

Autor: Assembleia da República
Centro de Estudos e Formação Parlamentar

Coordenador: Acácio Beleza

Elaboração: Acácio Beleza
Artur Chunguane

Cordenação: Centro de Estudos e Formação Parlamentar
Maquetização, Impressão e Acabamento: MEGA RESOLUTION

Tiragem: 100

Endereço: Av. 24 de Julho | N° 3773 | Maputo

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste relatório foi inspirada por ideias, perspectivas e visão transmitidas à nossa equipa, por diversas personalidades da Assembleia da República e não só.

Mui respeitosamente agradecemos a **Sua Excelência Dra. Verónica Nataniel Macamo Dlhovo**, Presidente da Assembleia da República pelo encorajamento e apoio incondicional, desde o momento em que nos incumbiu a honrosa missão de coordenar o Centro de Estudos e Formação Parlamentar.

Agradecemos, igualmente, a S.Excias Presidentes e Relatores das Comissões e Gabinetes Parlamentares, ao Exmo Senhor Secretário-Geral da Assembleia da República e aos Ilustres Directores das Divisões do SGAR pelo valioso apoio que nos dedicam, desde que recebemos a missão de coordenar o Centro de Estudos e Formação Parlamentar.

Agradecemos, ainda, o precioso apoio recebido das agências e/ou organizações de assistência e apoio ao desenvolvimento, designadamente o **PNUD, UE, WFD e IMD**.

Aos companheiros do Centro, Artur Chunguane, Olinda Muanga e Cláudia Fumo, obrigado pela colaboração e compromisso na edificação desta importante unidade.

ÍNDICE

1.	Introdução	5
2.	Breves Contextualizações do CEF	6
3.	Metodologia	7
4.	Acções realizadas pelo CEF de 2015 a 2017	7
5.	Desafios	11
	5.1. Institucionalização	11
	5.1.1. Orgânica do Centro de Estudos e Formação Parlamentar	11
	5.2. Planificação	11
	5.2.1. Elaboração e aprovação de plano anual de formação harmonizado	11
	5.3. Financiamento	11
	5.3.1. Dotação de orçamento para a formação	11
	5.4. Infra-estrutura	11
	5.4.1. Instalações adequadas à actividade de formação	11
	5.5. Incentivos	11
	5.5.1. Incentivos aos formadores internos.	11
6.	Constatações	12
7.	Prespectias	12
	7.1.1. No domínio da Formação:	12
	7.1.2. No domínio da Pesquisa Parlamentar:	12
8.	Propostas	12
9.	Conclusão	13

1. Introdução

O presente documento é um relatório que retrata as acções realizadas pelo Centro de Estudos e Formação Parlamentar (CEFP), no período 2015 a 2017, apresentando, igualmente, desafios, lições aprendidas, perspectivas e propostas.

Este documento é resultado do trabalho de sistematização de informação relativa às formações, seminários e estágios on job realizados, em que participaram os Senhores Deputados e funcionários parlamentares, bem como os membros das Assembleias Provinciais, Jornalistas Parlamentares da REJOPAM e Organizações da Sociedade Civil.

O objectivo deste relatório é dar a conhecer as actividades realizadas e também os desafios atinentes à implantação do Centro de Estudos e Formação Parlamentar.

O relatório serve também como contributo para o aprofundamento da reflexão em torno da importância estratégica dos domínios da pesquisa e da formação, considerados chave para a materialização dos Objectivos do Plano Estratégico da Assembleia da República 2013-2022.

O documento é composto por sete capítulos. No capítulo I, aborda-se o historial e o contexto do surgimento do CEFP; o capítulo II versa sobre a metodologia usada para a elaboração do relatório; no capítulo III são retratadas as actividades desenvolvidas pelo CEFP no período 2015 a 2017, com recurso à descrição das acções, bem como quadros estatísticos de demonstração do grau de abrangência das acções realizadas, datas, locais e custos envolvidos. No capítulo IV apontam-se os desafios e, em seguida, no capítulo VI apresentam-se as propostas e por fim as conclusões no capítulo VII.

2. Breve Contextualização do CEFP

O **Centro de Estudos e Formação Parlamentar** (CEFP) é uma unidade orgânica da Assembleia da República, criada à luz da Lei nº13/2013, 12 de Agosto e do Plano Estratégico (PEAR 2013-2022), funciona como “**Centro de Recursos**”, com a missão de desenvolver estudos e programas de “*coaching*” (mentoria) e de capacitação dos Senhores Deputados em matérias relevantes da actividade parlamentar; formação profissionalizante dos funcionários parlamentares, bem como a formação de grupos externos interessados nas matérias relativas ao funcionamento da Assembleia da República, entre outras.

O Centro de Estudos e Formação Parlamentar é um legado que resulta da cooperação havida entre a Assembleia da República e a Fundação Westminster Foundation for Democracy (WFD), no período 2011/2013, em que foi implementado o projecto “**Oficinas Legislativas**”, uma iniciativa focalizada no apoio técnico às Comissões de Trabalho, com incidência para a elaboração de leis e pareceres.



Sua Excia Dra. Verónica Nataniel Macamo Dlhovo, Presidente da Assembleia da República inaugurando a sala de Formação do CEFP (2011)



Discurso por ocasião da Inauguração da Sala de Formação

À luz deste projecto, Deputados de algumas Comissões da Assembleia da República participaram em diversas acções de partilha de experiências com entidades congéneres no Parlamento Britânico, sendo de destacar as visitas de estudos efectuadas à Camara dos Comuns pela 1ª, 2ª, 4ª e 5ª comissão. Estas delegações beneficiaram, igualmente, de formações orientadas por especialistas de diversas instituições do Consórcio WFD, nomeadamente, a Universidade de Essex, Fundação Thomson Reuters, National Audit Office, International Bars Association/IBA, Associação Parlamentar da Commonwealth (CPA), a Westminster Foundation for Democracy (WFD) e a Associação dos Parlamentares Europeus com África (AWEPA).

Em 2013, a Assembleia da República aprovou o seu segundo Plano Estratégico (PEAR 2013-2022), no qual são definidos 10 desafios principais para a reforma institucional, apontando-se a formação como um dos factores chave.

À luz da Lei nº13/2013, 12 de Agosto Em 2015, Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nomeou o Coordenador do Centro de Estudos e formação Parlamentar, encarregando-o da criação de bases conceptuais e filosóficas para a estruturação e funcionamento pleno desta unidade.

Em termos de “**Visão**”, pretende-se tornar o Centro de Estudos e Formação Parlamentar, um **Centro de Recursos** de “**Excelência**” e de “Referência” no País, na região da SADC, nos países da CPLP, na provisão de serviços de formação e pesquisa em áreas ligadas ao desenvolvimento parlamentar e matérias conexas.

E, como “**Missão**”, incumbe ao CEFP prover serviços de formação e iniciativas que estimulem o desenvolvimento de capacidades do legislador e dos funcionários parlamentares no desempenho das suas funções, com enfoque para a produção legislativa, fiscalização e representação, bem como o diálogo com o cidadão. Mais ainda, dotar os Deputados, Funcionários Parlamentares e público externo interessado, de um conjunto de conhecimentos técnicos, competências e habilidades que contribuam, de forma prática, na elaboração de leis, análise orçamental e da Conta Geral do Estado, planificação e economia, visando a efectividade e modernização dos serviços parlamentares.

O **Público-Alvo** do Centro é constituído pelos Senhores Deputados; funcionários parlamentares; membros de órgãos eleitos com funções de representação e fiscalização, designadamente as Assembleias Provinciais e Municipais, bem como as organizações da sociedade civil, jornalistas parlamentares e membros dos parlamentos dos países da SADC e da CPLP.

As atribuições do CEFP repartem-se em dois domínios principais: a capacitação dos Senhores Deputados e a formação profissionalizante dos funcionários parlamentares e grupos externos, bem como a realização de estudos de impacto nas três principais funções da Assembleia da República – Produção de Leis; Representação; e Fiscalização.



Brinde alusivo à inauguração da sala de formação
Sua Excia a Presidente da AR e Deputado do Parlamento Britânico, em Representação da WFD.

3. Metodologia

Como metodologia, o documento relata o conjunto de acções realizadas pelo CEFP no período 2015 a 2017, para o alcance dos resultados previamente definidos, recorrendo a uma narrativa das actividades desenvolvidas, com demonstração através de tabelas de resumo estatístico.

4. Acções realizadas pelo CEFP de 2015 a 2017

No período de 2015 a 2017, a coordenação do CEFP traçou como objectivo principal a implantação efectiva desta unidade na orgânica da Assembleia da República, tendo, por um lado, incidido a sua acção no estudo do ambiente institucional, as potencialidades e as fraquezas existentes nos diversos órgãos da Assembleia da República. Por outro lado, realizou visitas a diversas instituições nacionais que possuem unidades vocacionadas à formação interna, para além de ter encetado contactos com outros parlamentos que, igualmente, têm no seu seio unidades de treinamento visando inteirar-se da organização e funcionamento das mesmas.

Com as lições aprendidas, o segundo passo foi o levantamento (diagnóstico) das necessidades de formação junto dos diversos órgãos da Assembleia da República, com incidência para as comissões de trabalho e as unidades do SGAR.

O terceiro passo foi a elaboração de um plano de formação “harmonizado”, onde foram sistematizadas as acções a levar a cabo a nível das comissões de trabalho e do SGAR. Após apreciação positiva em sede do Consultivo do SGAR, o referido plano foi submetido à consideração de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República que o acolheu, passando-se assim à implementação do mesmo, com fundos totalmente assegurados pela União Europeia no âmbito do Contrato de subvenção assinado entre esta instituição e a Assembleia da República.



Formação dos Deputados da AR em matérias do Plano e Orçamento do Estado

Desta feita, foram realizadas acções de capacitação em diversas matérias, com destaque para o tema do **Plano e Orçamento do Estado**, em que, para além dos Deputado 2ª comissão, foram abrangidos dois Deputados por comissão e gabinetes parlamentares, sob facilitação de Técnicos do Tribunal Administrativo e da empresa We Change, vencedora do concurso lançado para o efeito. Também foram realizadas formações sobre a “**Indústria Extractiva**”, envolvendo os Senhores Deputados membros da 5ª Comissão e do Conselho de Administração da Assembleia da República (CAAR), com o apoio do Instituto Multipartidário para a Democracia (IMD), no âmbito do projecto “fortalecendo os parlamentares e algumas assembleias provinciais em matéria de Indústria Extractiva em Moçambique”, financiado pelo Governo da Finlândia.

No âmbito deste projecto, o CEFP foi convidado a facilitar diversas acções de formação e intercâmbios sobre a temática da “**Industria Extractiva**”, envolvendo Deputados da 5ª Comissão e os membros de seis Assembleias Provinciais seleccionadas pelo projecto, nomeadamente, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Inhambane. Realizou-se, igualmente, uma visita de estudo à República da Finlândia, em Novembro de 2017, que integrou Deputados da 5ª Comissão e dois Assistentes; a Presidente da Assembleia Provincial de Manica, em representação dos seus pares; o Director da Divisão de Apoio às Comissões de Trabalho e o Coordenador do CEFP.



Deputados da AR e o Representante da União Europeia durante a formação sobre o Plano e Orçamento do Estado

Ainda sobre a “Indústria Extractiva”, teve lugar em Dezembro de 2017, na Praia do Bilene, uma Conferência regional, em que participaram delegações de Deputados dos parlamentos da Africa Austral, numa iniciativa co-organizada entre o Secretariado do Fórum Parlamentar da SADC, o CEFP e o IMD.

A nível dos funcionários parlamentares, foram igualmente realizadas diversas formações, seminários e Workshops, sendo de destacar a formação sobre as temáticas de “Relações Públicas, Cidadania e Engajamento Público”; “Plano e Orçamento do Estado”; “Gestão de Expediente”; e “Arquivo e Gestão Documental”.

Também foi realizada uma formação no Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), sobre o tema “Desenho e Gestão das Formações”, destinada aos técnicos do CEFP, contando igualmente com a participação de dois técnicos de cada unidade orgânica do SGAR.



Sua Excia Eneas Comiche, Presidente da CPO orientando a sessão de abertura da formação



Exmo Senhor Acácio Beleza, Coordenador do CEFP, intervindo na abertura da formação



Representante da EU, intervindo na sessão de abertura da formação dos Senhores Deputados



Exmo Senhor.....Juiz Desembargador do TA

Resumo das formações realizadas entre 2015 a 2017

ANO	ACTIVIDADE	GRUPO - ALVO	LOCAL	DATAS	FONTE DE FINANCIAMENTO
2017	Formação sobre PES/OE/CGE	62 Deputados (2ª Comissão e representantes de outras comissões)	Hotel Gloria Maputo	22 - 24 de Fevereiro	UE
	Workshop relativo ao estabelecimento do regime de cooperação económica e comercial entre SADC/AP-UE	40 Deputados da 7ª Comissão	Hotel Radisson Blu Maputo	24 de Abril	UE
	Formação em Técnicas de elaboração de leis	32 Deputados da 4ª Comissão e representantes de outras comissões	Marracuene Lodge	06 - 08 de Maio	UE
	Visita de troca de experiências na área da indústria extractiva	Deputados e assistentes da 5ª Comissão; Directores da DAC e do CEFP	República da Finlândia	Novembro	IMD
	Seminário de divulgação do relatório sobre as dinâmicas da exploração do gás natural em Moçambique pela SASOL	3 Deputados da 1 Comissão e 2 funcionários do SGAR	África do Sul Johannesburg	02 de Dezembro	OXFAM - Moçambique



Senhores Deputados recebendo certificados da formação sobre o Plano e Orçamento do Estado



Formação dos Senhores Deputados da 3ª Comissão em matérias da Indústria Extractiva

Formação dos funcionários do SGAR

ANO	ACTIVIDADE	GRUPO - ALVO	LOCAL	DATAS	FONTE DE FINANCIAMENTO
2015	Formação de jornalistas que cobrem a actividade parlamentar	25 Participantes (Gabinete de imprensa e jornalistas da AREJOPAM)	Hotel Vip Maputo	19 de Outubro	UE
	Visita de estudo ao Centro de Estudos e Formação Parlamentar do Quênia	3 Funcionários (Directora da DRH, Coordenador e um técnico do CEFP)	Nairob, Quênia		AWEPA
	Formação de organizações da sociedade civil sobre o funcionamento da Assembleia da República	15 Representantes das organizações da sociedade civil	Sala de formação da AR		WFD
	Formação de línguas (Inglês e francês)	28 Funcionários de diferentes unidades do SGAR	Instituto de línguas	2015 -2017	UE
2016	Estágio On Job em Assessoria parlamentar	Assessora Parlamentar, Director da DP Zambézia e Secretária do SG	Brasil - Câmara dos Deputados	13 - 22 de Junho	UE
	Estágio On Job	4 Funcionários (3 da DPL e 1 do CIAR)	Angola - Assembleia Nacional	04 - 10 de Setembro	UE
	Formação em Relações Publicas, Cidadania e engajamento público	Todos funcionários do SGAR e das delegações provinciais (320)	Assembleia da República	09.08 - 07.10	UE
	Formação sobre gestão estratégica parlamentar	Secretário-geral, Director geral e 2 técnicos	Brasil - Câmara dos Deputados	05 - 11 de Novembro	UE/AR
2017	Estágio On Job sobre biblioteca digital	2 Técnicos da DDP	Brasil - Câmara dos Deputados	17 - 26 de Novembro	UE
	Formação sobre PES/OE/CGE	64 Funcionários	Assembleia da República	20 - 29 de Setembro	UE
	Curso executivo sobre desenho e gestão estratégica da formação técnica	25 Técnicos (CEFP e representantes de todas unidades orgânicas do SGAR)	ISAP - Maputo	27 - 31 de Março	UE
	Estágio On Job nas áreas de controlo interno, património, planificação e protocolo	10 Funcionários de diferentes unidades orgânicas do SAGR	Assembleia da República - Portugal	08 - 21 de Julho	UE



Funcionários da AR na abertura da formação sobre Gestão de Recursos Humanos no âmbito da Cooperação com o Parlamento Português



Funcionários do SGAR na abertura da formação sobre Relações Públicas e Protocolo



Funcionários do SGAR recebendo certificados após a formação em Gestão de Recursos Humanos e Relações Públicas



Funcionárias da AR em momentos de descontração durante uma sessão de Formação

5. Desafios

Os desafios do Centro centra-se na necessidade de aprovação de uma política de formação, focada na especialização e/ou aperfeiçoamento técnico dos actores internos da Assembleia da República, bem como a criação de condições materiais apropriadas, capazes de municiar a Assembleia da República de Recursos Humanos com níveis de desempenho de excelência.

Neste contexto, os principais desafios do Centro congregam-se em cinco grandes níveis: **institucionalização; planificação; financiamento; infra-estrutura e incentivos.**

5.1. Institucionalização

5.1.1. Orgânica do Centro de Estudos e Formação Parlamentar

O CEFP é uma unidade nova e de natureza atípica na orgânica da Assembleia da República, carecendo ainda de inserção e estruturação próprias, tendo em conta os seus objectivos e atribuições, que decorrem dos desafios do PEAR 2013-2022, designadamente a necessidade de prover capacitação técnica aos Senhores Deputados; a profissionalização dos recursos humanos do SGAR e a formação de grupos externos interessados, visando a ascensão organizativa e funcional da Assembleia da República.

5.2. Planificação

5.2.1. Elaboração e aprovação de plano anual de formação harmonizado

A partir de 2016, o CEFP introduziu a prática de solicitar aos órgãos da Assembleia da República as necessidades de formação para a sua sistematização num plano específico de formação.

O desafio da elaboração do plano de formação sistematizado ainda subsiste, devendo-se continuar a aprimorar os mecanismos de identificação de gaps de competências a nível dos diferentes órgãos da Casa para em seguida definir-se as prioridades, tendo em conta os objectivos do PEAR 2023-2022, conhecidas as limitações orçamentais da Assembleia da República.

O plano anual de formação sistematizado permitiria a previsão orçamental, monitoria e avaliação da eficácia das formações, para além de melhorar a coordenação programática e a mobilização de financiamento junto dos parceiros de cooperação.

5.3. Financiamento

5.3.1. Dotação de orçamento para a formação

O PEAR (2013-2022) define a formação como chave para o sucesso da reforma institucional através da capacitação e contínua profissionalização dos recursos humanos da Assembleia da República.

Para a materialização deste propósito torna-se indispensável o financiamento das acções de formação, ou através do Orçamento do Estado ou da contribuição dos Parceiros de Cooperação.

Sobre esta matéria, existe uma experiência que se reputa positiva, colhida no Parlamento da República do Quénia, em que **10% do orçamento alocado a cada comissão ou órgão do Parlamento é destinado à formação dos seus membros.**

5.4. Infra-estrutura

5.4.1. Instalações adequadas à actividade de formação

A Assembleia da República tem nas suas instalações uma sala de formação, com capacidade para 20 pessoas, o que não responde à permanente e intensa demanda de capacitação dos Senhores Deputados e do pessoal técnico do SGAR, muito menos dos grupos externos.

A experiência de outros parlamentos mostra que os centros de formação funcionam em instalações próprias, por exemplo, na Câmara dos Deputados do Brasil, o CEFOR tem instalações próprias, idem nos parlamentos de Portugal, Quénia e Uganda.

Esta realidade também foi observada em outros órgãos e instituições públicas nacionais. Por exemplo, o Instituto Nacional de Emprego e Formação profissional (INEFP) – Ministério do Trabalho e Emprego; Centro de Formação do Banco de Moçambique; Centro de Formação Jurídica e Judiciária – Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; Instituto Nacional de Transportes e Comunicações – Ministério de Transportes e Comunicações, todas estas unidades de formação funcionam fora das instituições mãe.

O afastamento dos centros de formação visa a descontração e quebra da rotina laboral, permitindo concentração necessária por parte dos formandos. Outra vantagem de ter instalações próprias é a poupança de recursos financeiros que normalmente são gastos em alojamento dos formandos em hotéis e/ou instancias turísticas, aluguer de salas, de viaturas, entre outros.

5.5. Incentivos

5.5.1. Incentivos aos formadores internos.

O CEFP, para levar a cabo as formações, tem recorrido a formadores internos e externos, no entanto muitos parceiros que financiam estas actividades não tem permitido o pagamento de honorários a formadores internos, não obstante estes realizarem o mesmo trabalho e nos mesmos moldes que os formadores externos, situação que tende a gerar desmotivação e desinteresse.

Este é um grande constrangimento na medida em que, o CEFP aposta nos formadores internos como sendo o seu principal activo na transmissão de conhecimentos e experiências, num processo em que os Deputados e ex-Deputados mais experientes partilham e replicam os seus saberes aos recém-eleitos, devendo ocorrer o mesmo a nível do SGAR.

6. Constatções

A principal constatação é que maior parte das formações continuam a ser realizadas de forma ad hoc, dispersa e, em alguns casos, sem coordenação prévia com o Centro de Estudos e Formação, unidade responsável pela programação, realização e apoio técnico neste domínio, o que dificulta a monitoria e avaliação do impacto destas formações. Outrossim, estas formações não tem sido precedidas de um estudo das reais necessidades de formação a nível dos órgãos da Casa.

7. Perspectivas

Para fazer face aos desafios alistados e conhecida a natureza atípica da actividade parlamentar, constituem perspectivas do Centro:

1. Elaboração da proposta de “**Política de Formação da Assembleia República**”, inspirando-se nas boas práticas de outros parlamentos, tomando com referência as experiências do Centro de formação da Câmara dos Deputados do Brasil (CEFOP) e dos Centro de Formação dos Parlamentos de Portugal e Uganda;
2. Elaboração e aprovação do “**Estatuto Orgânico do CEFP**”;
3. Realização do Estudo de levantamento das “**Necessidades de Formação**” dos diversos órgãos da Assembleia da República;
4. Aprimoramento do mecanismo de elaboração e sistematização do “**Plano Anual**” de formação da Assembleia da República;
5. Realização de um “**Workshop**” com parceiros de cooperação, com o objectivo de partilha das necessidades de formação e busca de financiamento;
6. Introdução de pacotes de formação por objectivos, com aposta na especialização de técnicos parlamentares em matérias complexas de interesse parlamentar (por exemplo, industria extractiva – petróleo e gás; agricultura; defesa e segurança; descentralização, entre outras, suprimindo assim o défice que se verifica actualmente; e
7. Estabelecimento de contactos com universidades ou institutos nacionais e internacionais capazes de apoiar no desenvolvimento institucional do CEFP.

7.1.1. No domínio da Formação:

- a) Conceber e ministrar pacotes de formação destinadas aos públicos externos (Assembleias Provinciais e Municipais, Jornalistas, Organizações da Sociedade Civil e Cidadão).
- b) Realizar formação modular de especialização, (com créditos ou sem créditos), baseada em competências;
- c) Realizar estágios profissionalizantes dentro e fora do país;

7.1.2. No domínio da Pesquisa Parlamentar:

- a) Desenvolver pesquisa aplicada, tendo como base a realidade sócio-política e económica do País;
- b) Capacitar as equipas de assessoria técnica;
- c) Produzir manuais de procedimento parlamentar (boas práticas);
- d) Desenvolver indicadores macroeconómicos para efeitos comparativos nas análises parlamentares, e;
- e) Desenvolver técnicas de análise económica e ambiental para viabilizar projectos de envergadura pública.

8. Propostas

Perante os desafios arrolados e as lições aprendidas ao logo destes dois anos de trabalho, o Centro de Estudos e Formação Parlamentar apresenta as seguintes propostas:

1. Que seja elaborada e adoptada uma estratégia ou “**Política de Formação**” própria;
2. Que seja consolidada a prática da “**Indução**” dos novos Deputados, logo no início de cada legislatura, tendo como base a “**Legislação Básica da Assembleia da República**”;
3. Que seja aprovado em cada ano um “**Plano específico de formação**”, para garantir melhor programação e previsão orçamental;
4. Que seja priorizada a formação dos Senhores Deputados em sede das comissões de trabalho para garantir monitoria e eficácia do resultado;
5. Que sejam encetados contactos junto de potenciais parceiros de cooperação com vista ao financiamento das actividades de formação e pesquisa parlamentar, conhecidas as limitações orçamentais da Casa;
6. Que seja elaborado um “**Manual de Acolhimento**” dos funcionários recém-admitidos na Assembleia da República, privilegiando o recurso a formadores internos “seniores” na transmissão de valores e experiências às novas gerações (Saber ser e estar no Parlamento);
7. Que sejam elaborados “**Manuais de Procedimentos**” a nível dos diversos sectores do SGAR, como forma de consolidar o conhecimento e as boas práticas;
8. Que sejam elaborados e realizados “**Programas de formação sobre a história e o funcionamento da Assembleia da República**”, destinados aos públicos externos (Assembleias Provinciais; Jornalistas Parlamentares, Organizações da Sociedade Civil, cidadãos, entre outros), visando o fortalecimento da democracia e da cidadania;
9. Que sejam criados incentivos para que, tanto Deputados como funcionários do SGAR se interessem cada vez mais pela actividade de pesquisa parlamentar.

Diversos momentos de Acção do CEFP



Sua Excia Dr. António José Amélia, Primeiro Vice-Presidente da AR na companhia de Técnicos do SGAR durante uma visita ao Parlamento Britânico.



Sua Excia Dr. António José Amélia, Primeiro Vice-Presidente da AR, técnicos do SGAR e equipa da WFD em sessão de trabalho na Escócia.



Exmo. Senhor Armando Mário Correia, Secretário-Geral e Quadros do SGAR em sessões de formação



Exmo. Senhor Armando Mário Correia, Secretário-Geral e Quadros do SGAR em sessões de formação



Senhores Deputados membros da 6ª Comissão na abertura da formação sobre Industria Extractiva



Acácio Beleza, Coordenador do CEFP



Artur Chunguane, Responsável pela Área de Formação do CEFP



Olinda Muanga, Assistente Administrativa do CEFP



Cláudia Fumo, Assistente Administrativa do CEFP

9. Conclusão

A avaliar pelos resultados do trabalho levado a cabo pelo Centro de Estudos e Formação Parlamentar no período em análise, conclui-se que a criação desta unidade representa uma mais-valia na capacitação institucional, em particular no reforço de **competências, habilidades e atitudes** (CHA), considerados factores chave de mudança, rumo à materialização dos Objectivos do PEAR (2013-2022).

Não obstante os avanços registados na implantação do Centro de Estudos e Formação Parlamentar na orgânica da Assembleia da República, o desafio da sua institucionalização ainda subsiste, devendo ser feita de forma gradual, dada a complexidade dos públicos e a natureza atípica do funcionamento da Assembleia da República.

Considerando que investir na formação do capital humano é investir no sucesso das organizações somos de opinião que se priorize a formação dos Senhores Deputados em sede das Comissões, logo no início da legislatura ou seja “a montante” por forma a garantir eficácia do resultado.

Como humilde lição aprendida nestes dois anos da nossa actividade no CEFP, entendemos que a qualidade do desempenho institucional da Assembleia da República depende sobremaneira da formação técnica dos actores chave, nomeadamente os Senhores Deputados e pessoal técnico.

A formação deve ser alinhada ao ciclo de uma legislatura, devendo-se concentrar maior número de formações nos primeiros dois anos da legislatura dado o carácter rotativo dos Deputados, e isto constitui um desafio estratégico e metodológica da planificação das prioridades no neste domínio.

Se se continuar a investir na formação e na capacitação técnica dos principais actores da actividade parlamentar, nomeadamente os Senhores Deputados e o pessoal técnico do SGAR, estará garantida a qualidade, eficácia e eficiência na produção legislativa; representação do cidadão e fiscalização da acção do Governo.

APOIO:



WESTMINSTER
FOUNDATION FOR
DEMOCRACY

unicef 

The UNICEF logo, consisting of the word "unicef" in a lowercase, sans-serif font, followed by the United Nations emblem (a globe with a mother and child) enclosed in a laurel wreath.